Processo 012.869/2017-1
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Parecer

Diante dos elementos constantes dos autos, este representante do Ministério Público de Contas da União manifesta-se **de acordo** com a proposta oferecida pelo titular da Serur, na letra “a” do parágrafo 22 da manifestação à peça 64 (p. 4).

2. Conforme explorado pelo secretário da Serur (parágrafos 6 a 8 da manifestação à peça 64, p. 1-2), a citação editalícia da empresa Construir Assessoria e Consultoria Educacional e Produções Artísticas Ltda. (peça 22) não foi precedida do esgotamento das medidas tendentes à promoção da citação real da referida responsável, ora recorrente contra o Acórdão 160/2019-TCU-1ª Câmara (relator Ministro Bruno Dantas – peça 29).

3. Mesmo com a constatação da referida falha no trâmite processual, o que deveria, em princípio, justificar a declaração de nulidade da citação da empresa Construir e o posterior retorno dos autos ao relator *a quo*, para o refazimento da citação da referida empresa, há que se levar em conta que não competia à empresa demonstrar a execução do evento denominado “Réveillon das Velas de Trairi/CE”. Apesar disso, a sua citação editalícia teve como premissa o fato de “(...) a documentação apresentada como prestação de contas desse convênio (...) não evidencia[r] a realização efetiva do evento pactuado (...)” (peça 21, p. 1).

4. Como não cabia ao terceiro contratado comprovar que houve a execução do evento turístico – tarefa que cabia ao conveniente, em sede, inicialmente, de prestação de contas e, posteriormente, perante o TCU, após ter sido citado (peça 16) –, o Ministério Público reitera esse entendimento ao relembrar os termos de sua manifestação anterior nestes autos, à peça 26 (p. 1-2):

6. Não se deve olvidar que a comprovação da efetiva execução física do convênio é um ônus do agente público, que é quem tem o dever constitucional de prestar contas, demonstrando a boa e regular aplicação dos recursos federais geridos. É dizer, a responsabilização do terceiro contratado não tem por corolário a não comprovação da execução do objeto, porquanto não é seu o dever de prestar contas dos recursos federais, mas sim do agente público. No caso concreto, não tendo o agente público se desincumbido do dever de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos federais por ele geridos (o que inclui a comprovação da execução física do ajuste) – haja vista as pendências detectadas em sua prestação de contas, que levaram o órgão concedente a reprovar a execução da avença – **não se tem por razoável responsabilizar o terceiro contratado**. Para haver a condenação da empresa, a sua responsabilização deve estar calcada na confirmação de que contribuiu para a consecução do dano, e não simplesmente decorrer da ausência de comprovação da execução física do convênio, imputável somente ao agente público. Nessa linha, transcrevemos trecho do voto condutor do Acórdão 6.948/2017-2ª Câmara, de lavra do Ministro José Múcio Monteiro:

O mérito foi bem delineado e é bastante simples: na realização de eventos, tais como o objeto do convênio que se examina nestes autos, a empresa contratada não pode, jamais, ser responsabilizada por questão relacionada à comprovação da realização do serviço perante o órgão repassador ou o controle, interno ou externo. A condenação deve estar baseada na confirmação de que a empresa contribuiu para o cometimento de um dano real (tais como sobrepreço ou a comprovada inexecução total ou parcial). O dano ficto (aquele decorrente da ausência ou da inadequada prestação de contas) é atribuível apenas ao gestor.

(grifos nossos)

5. Em vista das ponderações anteriormente expostas, o Ministério Público sugere, em alinhamento à primeira proposta do titular da Serur (letra “a” do parágrafo 22 da manifestação à peça 64, p. 4), que o recurso de reconsideração da empresa Construir Assessoria e Consultoria Educacional e Produções Artísticas Ltda. seja, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso I, e 285 do Regimento Interno/TCU, conhecido e provido.

6. Em consequência, propõe a reforma da deliberação recorrida, para que passe a vigorar com o seguinte teor:

9.1. excluir a empresa Construir Assessoria e Consultoria Educacional e Produções Artísticas Ltda. deste processo;

9.2. considerar revel o Sr. Josimar Moura Aguiar, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Josimar Moura Aguiar e condená-lo ao pagamento do débito discriminado a seguir, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da referida lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DE OCORRÊNCIA
150.000,00 (D)	25/2/2010
2.300,00 (C)	5/5/2010

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar ao Sr. Josimar Moura Aguiar a multa no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU;

9.5. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais (atualização monetária e juros de mora, no caso do débito; apenas correção monetária, no caso da multa), na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.6. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. dar ciência deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

7. Por último, sugere-se que cópia da deliberação que vier a apreciar o recurso de reconsideração seja encaminhada ao recorrente, ao Sr. Josimar Moura Aguiar, ao Ministério do Turismo, à prefeitura municipal de Trairi/CE e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

Ministério Público, em 11 de Junho de 2021.

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA
Procurador